



Artigo Original

Psicanálise e política: Considerações sobre o Estado

Domenico Uhng Hur¹

¹ Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás.

*Correspondência: Domenico Uhng Hur – E-mail: dutchwild@yahoo.com.br
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás
Rua 235, s/n – CEP: 74605-050 – Goiânia – GO – Brasil*

112

Resumo A psicanálise tradicionalmente é conhecida pelos seus estudos clínicos e as obras psicanalíticas que discutem a sociedade e a política têm menor visibilidade. Então o objetivo desse artigo é discutir uma das facetas entre psicanálise e política: a concepção que a psicanálise tem sobre o Estado. Buscamos a partir de revisão bibliográfica de textos clássicos, como a “obra social” de Sigmund Freud, e de textos contemporâneos, como de Enriquez e Kaës, discutir como tal instância é apreendida na obra psicanalítica. Constatamos que se transfere a figura do “pai primevo” ao Estado, sendo assim apreendido negativamente, como uma instituição coercitiva e repressora, constituindo-se como um aparelho de violência no imaginário social.

Palavras-chave: Estado, psicanálise, política, psicologia política.

Abstract Psychoanalysis traditionally is known by his clinical studies and the amount of psychoanalytic works that discuss society and politics has less visibility. So the aim of this paper is to discuss one of the aspects between psychoanalysis and politics: the psychoanalytical conception about the State. We did a bibliographic review of classical texts, such as “social work” of Sigmund Freud, and contemporary texts, such as Enriquez and Kaës, to discuss how this instance is apprehended in the psychoanalytic work. We note that is transferred the figure of the “primitive father” to the State, thus perceived negatively as a coercive and repressive institution, constituting itself as an apparatus of violence in the social imaginary.

Keywords: State, psychoanalysis, politics, political psychology.

Resumen El psicoanálisis tradicionalmente es conocido por sus estudios clínicos y las obras psicoanalíticas que discuten la sociedad y la política tienen menor visibilidad. Entonces, el objetivo del artículo es discutir una de las facetas entre psicoanálisis y política: la concepción que el psicoanálisis tiene sobre el Estado. Buscamos a partir de revisión bibliográfica de textos clásicos, como la “obra social” de Sigmund Freud, y de textos contemporáneos, como de Enriquez y Kaës, discutir cómo que tal instancia es aprehendida en la obra psicoanalítica. Constatamos que es transferida la figura del “padre primevo” al Estado, siendo así percibido negativamente, como una institución coercitiva y represora, constituyendo así una aparato de violencia en el imaginario social.

Palabras-clave: Estado, psicoanálisis, política, psicología política.

Introdução

Trabalhar a política com as contribuições da psicanálise nos exige um labor: articular os conhecimentos das ciências sociais com os conhecimentos do campo psicanalítico de uma forma em que não caiamos em um reducionismo psicológico do social e nem em um sociologismo do psíquico.

Trata-se de sair dos lugares comuns e habituais de investigação, de um lado, o cientista político acostumado com sua metodologia investigativa, e de outro, o psicanalista acostumado com seu consultório e seu divã.

Então, desse duplo deslocamento somos impelidos a pensar um espaço intermediário de investigação, um espaço entre dois, que faça uma articulação entre o social-político e o psíquico, que poderíamos arriscar em chamar de uma psicologia social psicanalítica, que ainda é

um campo poroso, cheio de lacunas e caminhos a serem construídos, onde muitos dos atalhos podem nos levar a lugares equivocados e reducionistas.

Então neste artigo buscamos atravessar a fronteira e trazer de um outro lado, não do pensamento político, mas de um campo que se originou no enquadramento clínico, algumas reflexões sobre o Estado a partir da psicanálise.

Buscamos apreender, a partir de revisão bibliográfica sobre estudos entre psicanálise e sociedade, qual é a concepção construída sobre essa instituição e algumas decorrências dessa concepção para a relação entre Estado e o domínio do poder do Estado.

Por mais que a psicanálise configure-se como um campo de saberes que surgiu e foi desenvolvido num *setting* clínico psicoterapêutico, ela rompeu seus limites

instituídos e se preocupou também com análises sociais e políticas, sendo que tais reflexões e investigações obtiveram menor visibilidade que os estudos e técnicas ligados aos fenômenos intrapsíquicos e intersubjetivos na clínica.

Dessa forma, para efetuar tal discussão, partiremos de alguns autores de referência, que articularam o campo psicanalítico às discussões sociais e políticas.

Depois discutiremos o mito fundador da horda primeva como passagem da natureza à civilização e terminaremos com a discussão do Estado enquanto um aparelho de violência.

Psicanálise, sociedade e política

Faremos um sobrevôo em alguns autores de referência no campo de produção entre psicanálise e sociedade para podermos mapear alguns dos aspectos que foram trabalhados abordando essa problemática. Nosso propósito é mapear e apresentar alguns trabalhos de referência que foram realizados.

Em toda sua obra, Sigmund Freud, o criador da psicanálise, estabeleceu uma série de reflexões sobre a sociedade, como a *Moral sexual civilizada* (1908), *Totem e tabu* (1912), *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), *O futuro de uma ilusão* (1927), *O mal-estar na civilização*

(1930), *Moisés e o monoteísmo* (1939), os textos sobre a guerra, *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915) e *Por que guerra?* (1932), texto-resposta às indagações do físico Albert Einstein, a parceria duvidosa com o embaixador Bullit na análise do presidente norte-americano Woodrow Wilson (Freud e Bullit 1984).

Toda a produção estava baseada no projeto de uma “psicanálise aplicada”, em que os conhecimentos produzidos na clínica psicanalítica poderiam ser “aplicados” para a análise do campo social.

No círculo fundador da psicanálise também temos estudos sobre psicanálise e sociedade, como os de Alfred Adler (1939), com seus aportes sobre a inferioridade social, e os de Otto Rank (1981), sobre o mito do nascimento do herói.

Outro pensador digno de referência é Reich, que se debruçou sobre a relação psique-sociedade com estudos sobre a psicologia de massas do fascismo (Reich 1988), a função do orgasmo (Reich 1978), entre outros.

Reich pode ser considerado o precursor de estudos entre psicanálise e política, instaurando uma modalidade de psicologia política, que chama de psicologia das massas, em que foi além das análises marxistas e fez afirmações polêmicas,

como aquela de que as massas desejaram a *dominação* fascista, afirmação que lhe rendeu a expulsão do Partido Comunista.

Outra cisão se configurou quando Reich criticou o tratamento, avaliado como castrador, que Freud dava ao desejo – crítica que o levou a se desfiliar da sociedade psicanalítica e partir para suas pesquisas sobre o *orgone*, considerada por ele como a energia vital do desejo.

Nos mais de cem anos que se passaram, muitos estudos, pesquisas e reflexões relacionadas à psicanálise e sociedade foram realizadas.

Variados autores adquiriram relevância e que se propuseram a fazer tal articulação, como Erich Fromm (1974, 1977), Erik Erikson (1975, 1993a, 1993b), Theodor Adorno (1965), Max Horkheimer e Theodor Adorno (1986), Herbert Marcuse (1968), René Lourau (Altoé 2004), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1976), León Rozitchner (2003), Maria Inês Fernandes (2005), Nicole-Édith Thévenin (2008), entre muitos outros que fizeram leituras da sociedade a partir da psicanálise.

Mesmo com essa profícua produção, ainda notamos resistências às contribuições da psicanálise ao campo social e político.

As resistências não são por acaso, pois existem muitos psicanalistas que tendem a reduzir o fenômeno social à problemática

edípica ou até a psicopatologizar alguns movimentos sociais, caindo assim em um grande reducionismo psicológico e em uma redução e negação dos determinantes sociais e políticos.

Acompanhamos tal crítica, pois entendemos que não se pode analisar um agenciamento social transpondo diretamente o que surge de um agenciamento clínico individual do sofá-divã.

Mas também entendemos que o mau uso da psicanálise feito por alguns psicanalistas não pode ser referência para uma negação generalizada das contribuições da psicanálise ao campo social e político.

Os pensadores da Escola de Frankfurt tiveram um lugar importante no que se refere à articulação entre psicanálise e política.

Eles passaram a utilizar a psicanálise quando notaram que a crítica marxista à ideologia não bastava para compreender fenômenos como alienação, servidão voluntária e adesão a discursos irracionais – deveria haver algum substrato inconsciente que pudesse elucidar tais aspectos.

Deveria ser apreendido também aquilo que estava nas “entrelinhas”, aquilo que estava inconsciente no homem e nos coletivos. Para tanto, eles entrelaçaram o marxismo e

a filosofia hegeliana com as reflexões psicanalíticas para o estudo crítico da sociedade e dessa forma, apropriaram-se dos “estudos sociais” de Freud.

Também cabe a Adorno (1965) o mérito de ter coordenado uma das investigações de grande referência na psicologia social e política; as pesquisas sobre a personalidade autoritária nos Estados Unidos.

No período pós-segunda guerra mundial o governo norte-americano estava preocupado com o surgimento de outras lideranças nacionais autoritárias e fascistas como Hitler, que poderiam abalar sua hegemonia mundial, então, enquanto política de Estado, patrocinou essa grande pesquisa.

Adorno organizou um grupo de investigadores e coordenou a pesquisa em dois momentos: o primeiro momento, clínico, no qual dispôs de um grupo de psicanalistas que fez uma série de entrevistas psicanalíticas com muitos participantes e o segundo, quando elaborou as escalas e uma tipologia, a partir das entrevistas clínicas realizadas.

Para tal investigação a psicanálise foi instrumento indispensável e esta pesquisa também se configura como um dos trabalhos fundadores da psicologia política.

Outro (ex)frankfurtiano de referência é Erich Fromm (1974), que estudou a

articulação entre psicanálise e marxismo com diversas obras publicadas.

Nos Estados Unidos, Fromm se aproximou da psicologia humanista e da chamada psicologia do ego, em que problemáticas como liberdade, amor e esperança povoaram seus escritos.

Tal aproximação à psicologia do ego sustentou pesada querela (Fromm 1977) com Marcuse, o qual, em *Eros e civilização* (1968), criticou o revisionismo da obra freudiana exercido pelos psicólogos do ego.

Um anglo-saxão importante que produziu uma série de biografias psicanalíticas é Erik Erikson. Este, anteriormente músico, acedeu à psicanálise por via de Anna Freud, com quem começou seus estudos.

Discutiu a relação entre psicanálise e história (1975), produziu biografias de personagens políticos, como Gandhi (Erikson 1993a) e Martin Luther King (Erikson 1993b) e elaborou, entre outros, o conceito de crise de identidade.

Um dos principais pensadores franceses para os estudos entre psicanálise e sociedade foi Jacques Lacan, que realizou suas análises a partir da matriz de pensamento estruturalista, muito em voga na França.

Na década de 1960, de acordo com Rosa (2004), o marxista Althusser acolheu

Lacan na Escola Normal Superior quando este cindiu com Lagache e saiu da Sociedade de Psicanálise Francesa.

É nesse período que Lacan articulou o conceito de mais de gozar com a mais valia marxiana e sugeriu que o conceito de sintoma foi criado por Karl Marx.

Posteriormente, Lacan elaborou um quinto discurso: o discurso do capitalista. Tal articulação entre psicanálise, estruturalismo e marxismo influenciou correntes da psicoterapia institucional e da análise institucional, como a obra *Psicanálise e transversalidade* de Guattari (2004).

Contudo, devido aos acontecimentos de maio de 1968 em Paris – em que Lacan adotou uma postura reacionária – e a crítica de que o estruturalismo instaura a falta no desejo, autores franceses da análise institucional – como Guattari – e filósofos – como Deleuze – afastaram-se do lacanismo e elaboraram outro tratamento para o freudo-marxismo, que resultou na chamada esquizoanálise, batizada na polêmica obra *O anti-Édipo* (Deleuze e Guattari 1976), considerada a maior expressão intelectual dos movimentos de maio de 1968.

Outra corrente teórica importante nos estudos de psicanálise e sociedade é a dos estudiosos de psicanálise de grupos.

Na Inglaterra temos os grupoanalistas, conhecida *groupanalysis*, que são os herdeiros dos conhecimentos de Foulkes (1967) e Bion (1975).

Na França, temos a Escola Francesa, instaurada por Anzieu (1993) e Kaës (1997) e, na Argentina, a chamada psicologia social, encabeçada pelos psicanalistas Pichon-Rivière (1986) e Bleger (1980).

Recentemente, na Argentina, a partir dessas diferentes correntes, foi criada a psicanálise das configurações vinculares, em que Janine Puget é importante referência, e que abrange estudos sobre psicanálise de grupos, de casal, família, de instituições e, inclusive, de fatos políticos, como a violência de Estado na ditadura argentina (Puget e Kaës 1991) e as relações da memória vincular com o trauma social (Puget 2000).

Também há uma série de pensadores não psicanalistas que utilizaram a psicanálise para refletir sobre a sociedade, tais como: Castoriadis (1982, 1992), Rustin (2000), Girard (1990), Enriquez (1990), Enriquez e Haroche (2002), Bauman (1999), Agamben (2002) e os já citados Horkheimer e Adorno (1986) e Marcuse (1968).

As obras destes pensadores são ricas para a compreensão de diversas modalidades de

fenômenos sociais, todavia, consideramos que, exceto pelo sociólogo clínico Eugene Enriquez e pelos filósofos Cornelius Castoriadis e Giorgio Agamben, não fazem uma discussão mais detida acerca da forma-Estado.

Então nosso desafio nos próximos dois tópicos é fazer a discussão sobre a constituição e as implicações do Estado para os sujeitos e coletivos, a partir destes teóricos da psicanálise, em que entendemos que se conforma enquanto um aparelho de violência no imaginário social.

Do mito da horda primeva à organização coletiva

Entre 1912 e 1913, Freud (1913) escreve o que considerou um de seus melhores trabalhos desde a interpretação dos sonhos (Enriquez 1990:28), em meio aos conflitos com Jung, no que se referia à sucessão do movimento psicanalítico internacional.

Nele, após pesquisa minuciosa sobre uma série de estudos antropológicos e debates com pensadores proeminentes da época, discute os fundamentos da sociedade, a passagem de um estado de natureza à civilização e a constituição das interdições sociais.

O britânico Farr (1996) considera que *Totem e tabu* foi uma resposta à *Volkerpsychologie (Psicologia dos povos)*

de Wundt, no que se refere à discussão sobre o totemismo na infância.

O fundador da psicanálise, a partir da descrição de coletivos de primatas feita por Darwin, descreve um agrupamento de humanos inicial, a que chama de horda primeva.

Neste agrupamento, havia um líder, um “pai” dominador, poderoso, que subjugava seus filhos, os “irmãos” da horda e que tinha o domínio sobre todas as mulheres do bando.

Na horda, havia uma assimetria de poder pressuposta pelo seu membro mais forte, o “pai primevo”, em que sua palavra e seus desejos eram a lei e a ordem, havendo assim uma heteronomia instituída.

Os irmãos da horda sofriam interdições sexuais e tinham um poder demasiado inferior em relação ao pai.

A eles havia apenas o “direito” de subordinação ao pai primevo violento e onipotente, e os conflitos resultantes dessas interdições implicavam em suas expulsões da horda ou em assassinatos.

O pai primevo, mesmo admirado e portador de lugar invejado, tornava-se temido e odiado.

Conforme Agamben (2002), esse era o momento da vida nua, da exceção originária, na qual todos eram matáveis e ao pai cabia o poder sobre a vida e a morte,

numa *vitae necisque potestas*. Freud (1913) conjectura que, depois de sucessivas expulsões, houve um retorno dos irmãos expulsos à horda.

Estes formaram um laço, constituindo-se como um grupo, combateram o pai primevo e como tinham superioridade numérica, conseguiram derrotá-lo e matá-lo.

O pai, temido e odiado, foi assassinado pelos irmãos insurgentes da horda, feito que só foi alcançado pela composição de forças entre eles.

Após o assassinato, os irmãos se reuniram e devoraram o pai primevo, no que Freud chama de refeição totêmica. Nela, houve uma partilha da carne do pai, feita pelos irmãos e que, ao devorá-lo, assumiram uma parte de sua força, assim se identificando com ele.

Nesse processo de identificação com o pai primevo odiado, retornou a afeição recalcada por muito tempo e houve um sentimento de culpa pelo assassinato; surgiu assim um sentimento de ambivalência ao pai abominado, o que levou a um desejo de reparação.

Enriquez (1990) afirma que é no momento da refeição totêmica que os irmãos se reconhecem como iguais e que, para a composição deste grupo, teve que haver

constituição mútua de sentimentos pelo outro.

Nessa ocasião, perceberam que esse ato violento não deveria ser repetido, porque poderia implicar na reprodução da violência originária, no assassinato de qualquer um dos irmãos que quisesse ocupar o lugar do pai e pretendesse subjugar os outros, podendo levar ao extermínio do agrupamento.

Como “reparação” e rememoração desse ato, que jamais deveria ser repetido, erigiu-se um totem que representava o pai assassinado, tornando-se seu substituto, muitas vezes na forma de um animal, que acabou se tornando sagrado para o coletivo. O pai se tornou a vítima sacrificial (Girard 1990) que forneceu a ligação ao conjunto.

Outra ação que representou a não reprodução do regime de poder anterior foi a renúncia às mulheres, na qual nenhum membro se arrogaria a deter todas elas como o antigo pai primevo, pois assim poderia fomentar novos conflitos e a dissolução do grupo.

Constituiu-se assim a interdição sobre as mulheres do mesmo clã, o conhecido tabu do incesto.

Dessa forma, os membros do clã deveriam procurar parceiras sexuais em outros clãs.

Então, em uma só tacada, Freud (1913) concluiu que houve ao mesmo tempo a constituição do totemismo e da exogamia.

Compreendemos, também, que houve uma grande transformação na organização política, pois na horda primeva havia um poder “centralizado”, calcado nos desejos do pai e, com seu assassinato, houve uma repartição deste poder entre os irmãos e a criação de interditos e leis comuns, de um próprio *nomos* (conjunto de leis, regras) criado coletivamente e que mantinha a coexistência do coletivo, o advento de outra forma de gestão da vida em relação ao modelo anterior.

Ou seja, é a transição do estado de natureza para a constituição do estado civilizatório, em que se constituiu uma gestão de “irmãos, “horizontalizada”, se instaurou práticas instituintes e criou-se o próprio *nomos* em um exercício de autonomia coletiva.

Hipotetizamos que não foi de imediato que o grupo chegou a esse nível de elaboração, pois especulamos que o assassinato do pai não foi condição suficiente para ocasionar essa mudança estrutural do estado de natureza para o início de uma civilização.

Conjecturamos que muitos “irmãos mais velhos” tomaram o lugar do pai assassinado e reproduziram o mesmo modelo anterior, sendo posteriormente

também assassinados pelos irmãos da horda, ou seja, reproduzindo-se a matança inúmeras vezes.

Dessa forma, para evitar a repetição do modelo do estado de natureza, foi preciso dois momentos de superação: o primeiro, que foi o assassinato do pai primevo, e trouxe emancipação ao conjunto; e o segundo, que foi a constituição de um pacto denegativo (Kaës 2005) entre os irmãos, que implicou numa renúncia mútua ao poder, à agressividade e à sexualidade desenfreada.

Cada membro teve que renunciar ao seu desejo de possuir a mãe e as irmãs (fêmeas do agrupamento) e do ideal de ocupar o lugar do pai assassinado.

Tal pacto foi consolidado no momento do banquete totêmico, em que foram simbolizadas a criação e a incorporação de um conjunto de leis.

Dessa forma todo esse ritual dramatizado constituiu um contrato narcísico para o coletivo, no sentido de uma distribuição dos lugares sociais e na criação de mecanismos psicossociais que diminuiriam a incidência de conflitos e rupturas, atribuindo assim posições e papéis aos elementos no grupo.

Kaës (2005) afirma que, para a constituição do laço social, houve alianças inconscientes, que implicaram em

recalques e denegações no espaço partilhado da intersubjetividade e que asseguraram o viver em conjunto.

Então, para manter o conjunto e a violência “controlada” foram necessários dispositivos de rememoração da violência fundadora: o ritual da refeição totêmica, para que ela não fosse esquecida e novamente reproduzida, e de instituições sociais que mantivessem os interditos iniciais, tais como a proibição do incesto, a de matar o animal sagrado e o irmão. Em relação ao ritual, Freud (1913) afirma:

A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião (Freud 1913:170).

Devido a essas colocações de Freud, Enriquez (1990) compreende que:

as primeiras instituições sociais foram as que serviram para reprimir, organizar e canalizar a sexualidade; as outras instituições (econômicas e políticas) se construíram posteriormente; por não apresentarem o mesmo grau de urgência, se fundaram

sobre esse primeiro alicerce (Enriquez 1990:36).

Não encontramos na obra de Freud reflexões sobre a “evolução”, ou involução, do grupo de irmãos primitivos e a criação do totem e dos primeiros interditos para a constituição do Estado.

Freud se contentou em criar esse mito fundador da horda primeva e transferir tal funcionamento aos grupos humanos e instituições.

O pensamento sobre a política e o Estado não são centrais em sua obra e em raros momentos a palavra Estado aparece em seus textos sociais.

O texto de 1915, *Reflexões para os tempos de guerra e morte*, é um dos que mais discutiu a questão do Estado; entretanto, ao longo de sua obra, o fundador da psicanálise preferiu discutir as vicissitudes da sociedade (1908, 1927, 1930) ao invés dos efeitos do Estado nos sujeitos.

Em 1921, em *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud discute duas instituições sociais importantes, a igreja e o exército, refletindo sobre a centralidade do lugar do líder, embora, novamente, deixe de lado o Estado.

De qualquer forma, nesses trabalhos, nos ensina processos importantes para lançarmos luz sobre a relação sujeito,

coletivos e Estado, mesmo que continue “aplicando” como modelo prototípico o funcionamento da horda primeva e a constituição das interdições sociais.

A “evolução” da organização da horda à posterior constituição do Estado e dos seus mecanismos também não é encontrada na obra *Da horda ao Estado* de Enriquez (1990).

Ele faz a discussão sobre a horda primitiva, mas, quando discute o Estado, discute o Estado moderno ocidental, já constituído, reproduzindo o mesmo modelo de Freud, contentando-se em projetar o modelo da horda nas instituições sociais.

Entendemos que a “evolução” do agrupamento primitivo ao Estado não seja algo automático, pois não só existem sociedades sem Estado, como existem sociedades contra o Estado, tal como Pierre Clastres (1988) discute.

Consideramos, então, que há um hiato na obra psicanalítica, que faz um grande salto do momento em que se constitui a fratria para o momento da civilização moderna ocidental com seus Estados constituídos, sem trabalhar os processos de institucionalização do Estado nos diferentes momentos históricos e diferentes territorialidades.

A partir da revisão bibliográfica realizada, constatamos que a visão psicanalítica da

formação do Estado e das relações políticas no social está profundamente referenciada num modelo familiarista, em que se toma a série familiar como modelo determinante às outras séries sociais.

Então, na psicanálise, o modelo familiar sobrecodifica os outros processos sociais, em que se associa a figura de um chefe à figura do pai, ou de um subordinado à figura do filho; ou seja, há a formatação do funcionamento dos conjuntos sociais ao funcionamento do conjunto familiar, há a redução do agenciamento social ao retrato da família, conforme criticam Deleuze e Guattari (1995) ou mesmo a crítica do sociopsicanalista Gérard Mendel (1971), que enuncia que a sociedade não é uma família.

A análise do presidente Wilson (Freud e Bullit 1984) é um ótimo exemplo dessa redução de um agenciamento político para o familiar, pois peca por essas insistentes reduções de processos políticos a relações familiares, em que se analisa a subordinação política do presidente norte-americano aos líderes inglês e francês da mesma forma que este se subordinava passivamente a seu pai dentro do espaço familiar; nesta obra as relações políticas são sobrecodificadas pelas relações familiares.

Dessa forma, entendemos que a psicanálise utiliza o agenciamento familiar e,

conseqüentemente, o agenciamento edípico como o diagrama *princeps* das relações sociais; o funcionamento da série familiar opera como a máquina abstrata dos demais agenciamentos sociais.

Estado é o Estado da horda: O aparelho de violência

Bauman (1999), em sua obra *Modernidade e ambivalência*, afirma que o grande projeto da Idade Moderna é dar ordem às coisas, em uma tentativa de suprimir o caos, a ambivalência e a indeterminação numa existência supostamente ordenada, planejada e geométrica.

Na modernidade procura-se uma fundação às coisas e ao conhecimento, em uma tentativa de constituir base sólida, fixa e enraizada.

Dessa forma, nesse processo de produção e atribuição de sentidos às coisas, normatiza-se e se reduz a multiplicidade dos fenômenos em dicotomias, muito freqüentemente na separação entre o normal – que é o padrão, o ordenado, o esperado e o identificado – e o patológico – que é o desvio, o caótico, o inesperado e o ambivalente.

Nesse projeto iluminista de ordenação, de iluminar as trevas, de jogar luz sobre aquilo que está obscuro, que a psicanálise também compactua com a célebre frase

“onde há id que haja ego”, o Estado adquire função primordial.

O Estado define os limites de seu território e a identidade da nação. Suas leis definem o que é certo e o que é errado, o que é moral e imoral, que condutas devem ser aceitas e quais devem ser reprovadas.

Nesse processo de dicotomização, há a divisão de poderes, entre quem tem poder e quem não o tem, quem domina e quem é dominado, quem pode ou não se expressar.

Na consolidação das instituições sociais e do Estado, há um outro processo que Castoriadis (1982) chama de autonomização das instituições na sociedade, em que seus processos de reprodução adquirem um caráter de naturalidade para os sujeitos, como se essas divisões sociais sempre existissem e sempre estivessem presentes.

O Estado, as instituições e as divisões de poder tornam-se naturais para os sujeitos e coletivos, os quais se alienam de suas significações originárias, perpetuando-se.

Nesse processo de reprodução, Deleuze e Guattari (1997) entendem que o aparelho de Estado codifica os fluxos sociais em estratos, freando o movimento, tendo a função de captura do desejo e sobrecodificação das semióticas, criando identidades fixas e estáticas, reduzindo a multiplicidade a uma lógica binária: o

Estado é o aparelho de captura. A questão do Estado se complexifica quando a ele não competem apenas atribuições de produção e delimitação de fronteiras, pois com a vida adentrando em sua esfera (Agamben 2002), o Estado passa a gerir diretamente a vida da população e a política converte-se em biopolítica, em que suas práticas têm como fim o próprio corpo dos sujeitos e da população, a doutrinação de seus costumes e a domesticação de seus desejos.

Nesse processo de domesticação dos corpos, é imposto ao sujeito, por uma série de interditos sociais, o que Freud chama de renúncia instintual.

Estes interditos são expressos pelas leis e normas, mantidos pelas instituições sociais e reproduzidos pelos sujeitos:

El orden es una suerte de compulsión a la repetición que decide, mediante una norma establecida de una vez por todas, cuándo, donde y como debe hacerse una cosa, de modo de evitar indecisiones y dudas en todos los casos similares entre sí (Freud 1930:229).

Devido aos interditos sociais, Freud (1915) faz duras críticas ao Estado.

Ele afirma que, na civilização, os sujeitos devem compartilhar de rigorosa conduta

moral, na qual lhe são impostos uma grande dose de autodomínio e uma renúncia à satisfação instintual.

O Estado traz uma série de restrições ao sujeito, totaliza suas condutas e monopoliza para si todo o poder e a violência:

o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la, tal como o sal e o fumo. Um estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo. (...) O Estado exige o grau máximo de obediência e de sacrifício de seus cidadãos; ao mesmo tempo, porém, trata-os como crianças, mediante um excesso de sigilo e uma censura quanto a notícias e expressões de opinião, que deixa os espíritos daqueles, cujos intelectos ele assim suprime, sem defesa contra toda mudança desfavorável dos eventos e todo boato sinistro. Exime-se das garantias e tratados que o vinculavam a outros Estados, e confessa desavergonhadamente sua própria rapacidade e sede de poder, que o cidadão tem então de sancionar em nome do patriotismo (Freud 1915:289).

Nessa perspectiva, a violência é monopolizada pelo Estado e é transformada em violência legal.

Dessa forma, podemos entender que o Estado não representa o povo tal como o discurso é propagado, domina-o.

Ele não se preocupa com a satisfação dos sujeitos que “representa”, mas sim com a obediência deles na tarefa de “ordenação social”.

Em *O mal estar da civilização* (1930), Freud compactua com as teses hobbesianas sobre o Leviatã em relação à necessidade de um Estado para que se assegure uma ordenação social, contudo, afirma que os sujeitos não adquirem a contrapartida pelas renúncias instintuais sofridas, recebendo apenas uma pequena porção de segurança para a sobrevivência, ou seja, o Estado não é uma instituição que se presta a trazer a segurança e tampouco a felicidade almejada para o coletivo.

Citamos outra passagem em que Freud (1915) prossegue com sua crítica à civilização:

A sociedade civilizada, que exige boa conduta e não se preocupa com a base instintual dessa conduta, conquistou assim a obediência de muitas pessoas que, para tanto, deixam de seguir suas próprias naturezas. Estimulada por esse êxito, a sociedade se permitiu o engano de tornar maximamente rigoroso o padrão moral, e assim forçou os seus membros a um alheamento ainda maior

de sua disposição instintual. Conseqüentemente, eles estão sujeitos a uma incessante supressão do instinto, e a tensão resultante disso se trai nos mais notáveis fenômenos de reação e compensação. No domínio da sexualidade, onde é mais difícil realizar essa supressão, o resultado se manifesta nos fenômenos reativos das desordens neuróticas (Freud 1915:289).

A partir da visão psicanalítica, entende-se que o Estado se apresenta como grande aparelho interditor das satisfações pulsionais dos sujeitos, não dando vazão a seus desejos e sim ao desejo de seus governantes, ou seja, podemos considerar um engano a idéia de que o Estado é a expressão de uma política democrática, pois aproxima-se mais de um instrumento que serve para a dominação de um pequeno grupo sobre outros.

Enriquez (1990) vai ainda mais longe, quando afirma que o funcionamento do Estado moderno remete ao funcionamento anterior da horda primeva, na qual o pai primevo tem sua encarnação mais poderosa e violenta no Estado, em que monopoliza tudo e é produtor de exclusões:

O Estado (herdeiro da onipotência do pai primevo), como bem salientou Kaufmann, toma tudo a si sem nada dar;

o Estado é a instituição que permite à pulsão de morte se desenvolver completamente; finalmente, o Estado (enquanto supressor da sociedade primitiva, sociedade guerreira) não protege contra a guerra de todos contra todos, como acreditava Hobbes, mas exatamente o contrário, apesar da aparência indulgente que ele assume em tempos de paz. Ao se anunciar como o sustentáculo da sociedade pacífica, o Estado se institui como único corpo do desejo e da expressão da verdade. A consequência de tal afirmativa é bem conhecida: ser o único, colocando-se no lugar da verdade, só pode conduzir a humanidade a seu fim. Como já havíamos dito em outro trabalho: ‘O crescimento do Estado, e sua cristalização, é a generalização da castração e da morte’ (Enriquez 1990:143).

E, nessa generalização da castração e da intensificação das energias de desligamento, da pulsão de morte, a biopolítica de Estado converte-se no que Agamben (2002) chama de tanatopolítica, na política da morte, da castração.

O Estado, então, se converteu no Estado da horda (Enriquez 1990). A fratria autônoma instituinte e horizontalizada se desfez e a gestão política converteu-se novamente em heteronomia instituída.

O Estado atualiza todo o poder destrutivo do “pai primevo”, totaliza e gerencia a sociedade, tendo poderes sobre a vida e morte. Enriquez (1990) afirma:

O Estado assume a violência do chefe da horda assim como a dos irmãos conjurados. Ele a confiscou para seu próprio benefício. Entretanto, na maior parte do tempo a violência tomará corpo sob a máscara das instituições, que servem à regulação social. Ela assumirá o nome de lei, de norma ou de regulamento. Sua sutileza e moderação não impedirão de marcar os espíritos, de penetrar nas consciências, de guiar as ações, na falta de castigos mais severos (Enriquez 1990:359).

Por outro lado, por mais que a psicanálise critique a faceta opressora do Estado, ela entende que é esta instituição que provê leis, o mínimo de segurança existente, sendo referência às ações dos sujeitos e coletivos, cumprindo o papel do que Kaës (1997) chama de apoio psíquico.

Podemos pensar que, para o sujeito na psicanálise, ao Estado é deslocada a figura do “pai”, dando continência ao desamparo vivido e provendo segurança para a existência; havendo, assim, o estabelecimento e as atribuições de lugares na sociedade, que Kaës chama de contrato

narcísico. E, sem dúvida, há uma ilusão social estruturante de que o Estado tenta prover um melhor viver a todos.

Podemos pensar, também, a partir dos enunciados teóricos de Freud (1921), que muitas vezes o gestor do Estado é colocado no lugar do ideal de Eu do sujeito.

Ao colocar um gestor externo, ou o pai, no ideal de Eu, coloca-se um objeto externo em uma instância psíquica, o que implica na internalização da castração e da lei, na internalização das interdições externas sociais em uma instância interditora interna, ou seja, implica na constituição de um superego que constantemente atualizaria o sujeito de sua castração e dos limites vividos, corroborando com a renúncia instintual e a conservação das instituições sociais. Dessa forma, aqui temos uma ligação com a idéia de Castoriadis (1982, 1992) de que a heteronomia externa fortalece a heteronomia do sujeito.

Em convergência com essa idéia o psicanalista Endo (2005), a partir de reflexões de Cardoso (2002), atribui à formação do superego um maior caráter de incorporação do que de identificação, como se o objeto externo internalizado fosse um *incorporat* e residisse na psique como um estrangeiro ao ego. O pai, as leis e o Estado da horda poderiam ser, assim, constituintes e correlatos externos do

superego, sendo esse estrangeiro incorporado e dominador.

Portanto, tanto instâncias internas como externas contribuem para o sofrimento e para a reprodução do Estado e de seus mecanismos que tendem para a massificação, repetição, homogeneização e dominação. Enriquez (1990) descreve:

A partir deste momento, a luta é sem fronteira: a guerra total exprime seu poder e sua lei. O Estado não é mais o receptáculo de uma parte da vontade dos cidadãos, ele nada mais é que a forma moderna e sofisticada da horda, que ridiculariza suas próprias leis, instituindo o arbitrário e a injustiça como modo normal de governo, tomando tudo e nada dando, embriagado de uma força multiplicadora pelo desenvolvimento das ciências e da tecnologia. Não devemos nos surpreender, o Estado encontrou seu fundamento na metabolização da violência física em violência simbólica (Enriquez 1990:360).

E, nessa violência generalizada vivida frente à soberania do Estado, para Agamben (2002) o *Homo sacer* torna-se figura emblemática, pois este justamente é o homem matável impunemente e insacrificável, que se localiza fora das

jurisdições legal e divina, sem amparo na justiça dos homens ou na justiça dos deuses, sendo depositário das violências sociais de quaisquer espécies, sujeito “indefeso” frente ao aparelho de violência.

Dessa forma, com as colocações de que o Estado é o Estado da horda e portador de toda sua violência, é que compreendemos que o Estado ocupa o lugar de um aparelho de violência no imaginário social, um aparelho que deve ser temido, obedecido e, se possível, dominado, sob o risco da expulsão e do assassinato, da mesma forma que o mito do pai primevo na horda primeva.

O Estado como Estado da horda simboliza a repetição da violência e do(s) assassinato(s), se tornando temido e sendo visto pelo seu lado mais coercitivo, mais negativo e destrutivo.

Como diria Freud (1930), o Estado retira o que é mais sagrado para os sujeitos – sua sexualidade e agressividade – para monopolizá-las e, como completa, Enriquez (1990), tal instituição tampouco segue a tese hobbesiana de proteção dos coletivos da guerra de todos contra todos: somente captura, escraviza e violenta a todos em seu imaginário.

Por exemplo, no período da ditadura militar no Brasil, o Estado não funcionava apenas como um aparelho de violência

simbólico, mas, sobretudo, físico, em que operou uma série de torturas e assassinatos (Gorender 1998).

Entretanto, consideramos que vislumbrar o Estado como um aparelho de violência temível no imaginário social também pode aumentar o desejo de conquistá-lo e dominá-lo, tal como nos projetos revolucionários da esquerda política (Lenin 1983).

Então, quanto maior a percepção da magnitude de sua potência violenta, que agencia a força do pai primevo e dos irmãos insurgentes (Enriquez 1990), maior é o desejo de sua dominação, de sua tomada.

Imaginariamente, tomar o poder do Estado torna-se correlato à idéia de assumir a potência necessária para resolver as vicissitudes sociais vividas, tomar o poder do Estado é incorporar esse poder.

Deste modo, para tentar “neutralizar” tal aparelho de violência, o Estado no imaginário social é algo que, para ser destruído, tem que ser conquistado, pois é dramatizado como um terrível inimigo, monstro a ser domado, então nos projetos de revolução sempre há o projeto da erradicação desse “mal”, do Estado, na tentativa de tomar e incorporar esse poder.

E, por ser imaginariamente concebido como um aparelho da violência, quando as

revoluções foram bem sucedidas – não só as revoluções de esquerda, mas também a tomada de poder de outros grupos políticos –, ao invés da tentativa de constituição da idílica sociedade comunal, ao invés de ser dominado e destroçado-abandonado, esse aparelho de violência foi colocado para funcionar intensamente pelos revolucionários, repetindo a violência e um montante de assassinatos dos inimigos políticos, seja na Revolução Francesa, Revolução Russa, Revolução Chinesa, etc.

Atribuímos tal acontecimento não pelo suposto “caráter assassino” dos revolucionários, mas por um agenciamento entre aparelho de violência e máquina revolucionária, que, na efetivação do projeto de consolidação da nova ordem, as relações de guerra atingem seu esplendor; a máquina de guerra agencia-se ao aparelho de violência e dá vazão aos seus traços mais abolicionistas (Deleuze e Guattari 1996).

Tal imaginário do aparelho de violência está tão encarnado ao Estado, que tal maquinaria atinge seu cume de funcionamento direto, e não mais simbólico, nos momentos de tomada de poder e transição de uma ordem social à outra.

É como se esse imaginário do Estado enquanto aparelho de violência pudesse justificar o exercício da violência direta e crua sobre os outros quando se toma seu poder, ou, quando se luta para tomar tal poder, em que o desejo está prioritariamente dirigido à incorporação do poder do aparelho de violência – e, quem sabe, em um desejo de incorporação do aparelho de violência correlato à “incorporação concreta” do corpo do pai primevo, despedaçado e devorado pelos irmãos insurgentes.

Para finalizar o ensaio, consideramos que a contribuição da psicanálise em relação à apreensão do Estado é criar um regime de enunciados que vislumbra tal instituição enquanto um aparelho de violência, física ou simbólica, em que se atualiza a violência do pai primevo sobre o coletivo social: há a revivescência do pai primevo na figura do Estado, ou seja, a dominação emanando de um pólo sobre o coletivo.

Nessa perspectiva, entende-se o Estado como um aparelho de interdição, de repressão e de dominação; mais preocupado em satisfazer seus interesses, ao invés da satisfação dos indivíduos e da sociedade.

Referências

- Adler A. *Ciência da natureza humana*. São Paulo: Nacional, 1939.
- Adorno TW, Frenkel-Brunswick E, Levinson D, Sanford RN. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Proyección, 1965.
- Agamben G. *Homo Sacer: O poder soberano a e vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- Altoé S. (Org.). *René Lourau: Analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- Anzieu D. *O grupo e o inconsciente (o imaginário grupal)*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.
- Bauman Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- Bion WR. *Experiências com grupos: Os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Imago / EDUSP, 1975.
- Bleger J. *Temas de psicologia: Entrevistas e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- Cardoso MR. *Superego*. São Paulo: Escuta, 2002.
- Castoriadis C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- Castoriadis C. *O mundo fragmentado: As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.
- Clastres P. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- Deleuze G, Guattari F. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol.1. São Paulo: 34, 1995.
- Deleuze G, Guattari F. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol.3. São Paulo: 34, 1996.
- Deleuze G, Guattari F. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol.5. São Paulo: 34, 1997.
- Deleuze G, Guattari F. *O anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- Endo PC. *A violência no coração da cidade: Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta, 2005.
- Enriquez E, Haroche C. *La face obscure des démocraties modernes*. Paris: Éditions Érès, 2002.
- Enriquez E. *Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- Erikson EH. *Gandhi's truth: On the origins of militant nonviolence*. New York: Norton, 1993a.

- Erikson EH. *Life history and the historical movement*. New York: Norton, 1975.
- Erikson EH. *Young man Luther: A study in psychoanalysis and history*. New York: Norton, 1993b.
- Farr R. *Raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- Fernandes MIA. *Negatividade e vínculo: A mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- Foulkes SH, Anthony EJ. *Psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1967.
- Freud S, Bullit WC. *Thomas Woodrow Wilson: Um estudo psicológico*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- Freud S. El mal estar em la cultura. In: Freud S. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1994 (1930).
- Freud S. Moisés e monoteísmo. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1975 (1939).
- Freud S. Moral sexual civilizada. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1908).
- Freud S. O futuro de uma ilusão. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1927).
- Freud S. O mal estar na civilização. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1930).
- Freud S. Psicologia de grupo e análise de ego. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1921).
- Freud S. Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1915).
- Freud S. Totem e tabu. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol.XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1913).
- Fromm E. *A crise da psicanálise: Ensaio sobre Freud, Marx e psicologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- Fromm E. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- Girard R. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

- Gorender J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática. 5ª.edição, 1998.
- Guattari F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.
- Horkheimer M, Adorno TW. *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- Kaës R. *Espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- Kaës R. *O grupo e o sujeito do grupo: Elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- Lenin VI. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- Marcuse H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- Mendel G. *La rebelión contra el padre*. Barcelona: Península, 1971.
- Pichon-Rivière E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- Puget J, Kaës R. *Violencia de Estado y psicoanálisis*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.
- Puget J. Traumatismo social: Memoria social y sentimiento de pertenencia. *Psicoanálisis*. 2000, XXII(2):455-82.
- Rank O. *Mito del nacimiento del héroe*. Barcelona: Paidós, 1981.
- Reich W. *Função do orgasmo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- Reich W. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- Rosa MD. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: Metodologia e fundamentação teórica. *Rev Mal-Estar Subj*. 2004, IV(2):329-48.
- Rozitchner L. *Freud y el problema del poder*. Buenos Aires: Losada, 2003.
- Rustin M. *A boa sociedade e o mundo interno: psicanálise, política e cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Thévenin NE. *Le prince et l'hypocrite: Etique, politique et pulsion de mort*. Paris: Éditions Syllepse, 2008.